



CAPÍTULO 1:

A RETÓRICA COMO TÉCNICA OU ARTE

Na condição de técnica sistemática e metódica para persuadir, a retórica tem princípio no século V a.C., em Siracusa, na Sicília, então Magna Grécia. Naquela época, três tiranos irmãos, de nomes Gélon (540 a.C.- 478 a.C.), Hiérон (?-467 a.C.) e Trasíbulo (455 a.C.-388 a.C.), exerceram sucessivamente a tirania e expropriaram a terra dos habitantes locais provocando um significativo deslocamento de populações. Os tiranos, entre outras arbitrariedades, destinaram as terras espoliadas a seus soldados.

Décadas passadas, com a queda do tirano general Trasíbulo (455 a.C.-388 a.C.), quando o regime democrático retornou com força à região, vieram à tona processos cujos objetivos eram reintegrar a posse das terras aos antigos donos desapossados. Isso porque ocorria, com regularidade, de mais de uma pessoa demandar a propriedade da mesma terra recuperada.

Tais processos ocorriam de forma não violenta diante de júris com os quais era necessário argumentar com suficiência. Com efeito, a peculiaridade da situação fez com que algumas pessoas desenvolvessem nítidas habilidades argumentativas e oratórias destinadas a persuadir.

A arte que Corax formulou foi concebida para ajudar os cidadãos comuns a pleitear suas reivindicações no

tribunal. Como não havia nenhuma evidência documental para provar suas alegações, eles tinham que confiar no raciocínio inferencial e no tópico geral da probabilidade (*eikos*) para defender seus direitos de propriedade (Corbett; Connors, 2022, p. 670).

Assim, a técnica retórica foi sendo edificada pelo trabalho metódico e progressivo de um ou outro orador habilidoso como Córax e seu pupilo Tísias (Robrieux, 2000), que se encarregaram também de ensiná-la. “Técnica” vem do grego *téchne*, que, em latim, corresponde a *ars*, em português, arte.

Como técnica/arte, a retórica consiste numa reunião laboriosa e engenhosa de procedimentos organizados na base de regras que ambicionam a persuasão do partido contrário seja por discurso escrito seja por discurso falado. Para a desdita e a decepção dos pesquisadores da retórica, os compêndios de Corax e Tísias não resistiram à ação do tempo e não chegaram até nós.

Não tardou que a retórica desembarcasse na Grécia, aí se desenvolvendo vigorosamente com o concurso dos sofistas, caracterizados por persuadir e por ensinar a persuadir os dois lados de uma mesma questão, já que acreditavam que a verdade e os valores eram relativos e não absolutos. Signo do sucesso na *pólis grega*, a retórica passou a ser ensinada como disciplina nas escolas. Na Idade Média, por exemplo, a retórica integra o *Trivium*, primeiro círculo do currículo escolar, isto é, o estudo de três matérias, em especial, a saber: gramática, lógica (dialética) e retórica. Ao *Trivium* seguia-se o *Quadrivium*, com o estudo da Aritmética, Geometria, Astronomia e Música (Trinagali, 2014).

Platão (428-348 a.C.) censurou a retórica exatamente em virtude dos sofistas. Segundo o filósofo grego, os sofistas não se puseram a serviço da verdade, mas, sim, de opiniões, além de corromper os numerosos jovens que os procuravam a fim de aprender o método sistemático da persuasão.

Protágoras (486-410 a.C.) e Górgias de Leontini (490-388 a.C.) foram dois sofistas que sobressaíram notoriamente em terras helenas. Até hoje, pesa sobre os sofistas a pecha de mercenários da palavra, já que eles vendiam os ensinamentos retóricos sem levar em conta se a causa defendida era verdadeira ou falsa. O que mais contava, nessa situação, era se o pagamento solicitado aos discípulos tinha sido devidamente efetuado. (Massmann, 2021).

É inegável, no entanto, que a figura de proa da retórica grega foi Aristóteles (384-322 a.C.), autor da *Arte Retórica*, manual em que a retórica antiga foi quase definitivamente sistematizada, ora de modo descritivo, ora de maneira prescritiva, tornando-se um patrimônio intelectual indiscutível do Ocidente. Em Roma, a retórica teve notáveis cultores em Cícero (106-43 a.C.) e Quintiliano (I d.C.) (Tringali, 2014). Ainda sobre os tratados de retórico, releva notar a súmula elaborada por Hansen (2013, p. 19-20).

As técnicas da instituição retórica foram sistematizadas em textos doutrinários desde a Técnica retórica, de Aristóteles, por volta de 360 a.C. Depois, principalmente, pela *Retórica para Herênio*, do Anônimo romano, por volta de 80 a.C.; pelos vários textos de Cícero, como o *De oratore* e as *Partitiones oratoriae*, no século I a.C.; pelo texto de Quintiliano, *Institutio oratoria*, e o de Tácito sobre os oradores, no século I d.C., e por muitos textos de autores conhecidos como *rhetores latini minores*, como Rufiniano, Fortunaciano, Victorino, Júlio Severiano; e, ainda, por Santo Agostinho, Marciano Capela, Empório; e autores da romântica ‘Idade Média’, Beda, Boécio, Vinsauf, *grands rhétoriqueurs franceses* etc.; e textos de autores dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII, como Hermolau Barbaro, Lorenzo Valla, Agrícola, Scalígero, Robortello, Minturno, Melanchton, Erasmo de Roterdã, Pierre La Ramée, Alfonso de Torres, Tasso, Fray Luís de Granada, Diego de Valadés, Emanuele

Tesuaro, Baltasar Gracián, Matteo Peregrini, Sforza Pallavicino, Francisco Leitão Ferreira, Lamy, Luzán, DuMarsais, Fontanier, Cândido Lusitano etc. No final do século XV, quando os turcos conquistam Constantinopla, eruditos que fogem para o sul da península itálica levam tratados de retóres gregos que tinham dado aulas de retórica em Roma entre os séculos II e IV d.C., como o *Peri Hypsous*. Sobre o sublime, atribuído a Longino; os *progymnasmata*, exercícios preparatórios de retórica escritos por Afônio, Hermógenes e Theon de Alexandria; os grandes tratados de Hermógenes sobre as formas ou as ideias e as categorias do estilo; o tratado de Dionísio de Halicarnasso sobre a imitação; o de Demétrio de Falero sobre a arte de escrever cartas etc. Esses textos gregos tinham permanecido relativamente esquecidos no Ocidente romano; no começo do século XVI, o editor veneziano Aldo Manúcio começou a publicá-los, inicialmente traduzidos em latim, depois em línguas vulgares da Europa. Logo que foi fundada, em 1540, a Companhia de Jesus passou a usá-los no ensino do *Trivium* – Latim, Retórica e Lógica –, e eles tiveram grande circulação na segunda metade do século XVI e durante todo o XVII, sendo conhecidos e usados por autores como Tasso, Shakespeare, Donne, Dryden, Cervantes, Lope de Vega, Góngora, Quevedo, Vieira etc.

Depois disso, salvo algumas exceções, a retórica caminha perdendo a unidade e fragmentando-se a pouco e pouco até se tornar limitada a uma elocução já por si só reduzida, sinônimo de um elenco de figuras e de tropos de linguagem desempenhando função ornamental distante dos fundamentos da persuasão. Seu declínio assenta-se, igualmente, no aparecimento de um ideal de transparência, de objetividade, de

neutralidade, de racionalidade na linguagem e de predomínio da escrita sobre a oralidade. Depois de 1950, a retórica ganhou renovado alento por meio das obras de fôlego dos belgas Chaim Perelman e Lucie Olbrechts Tyteca e do inglês Stephen Toulmin, bem como pelo questionamento do positivismo (Fiorin, 2024).

Como quer que seja, o fato incontornável é que a retórica sempre se fez presente, de maneira visível, na rotina do dia a dia, selando a cultura dos diferentes períodos históricos, conforme apontam as reveladoras palavras abaixo (Chauvin, 2017, p. 18-19).

Com a redescoberta dos manuscritos da *Retórica* de Aristóteles, a edição *Princeps* no início do século XVI, a arte da persuasão voltou com renovado vigor à cena intelectual europeia e motivou acalorados debates – por exemplo, entre ciceronianos e não ciceronianos – pelas mãos dos homens mais representativos de seu tempo. As disputas filosóficas em torno de perceptivas também permearam as discussões da Igreja Católica, naquele período.

Vale lembrar que, no final dos Quinhentos, a retórica também orientara a reformulação do ensino jesuítico, com vistas à padronização da catequese: “A *Ratio studiorum* não é apenas uma carta de ensino nos colégios dos jesuítas; ela integra, de pleno direito, a ‘Instituição’ da Companhia de Jesus, quer dizer, o conjunto dos textos oficiais que define o estatuto religioso da Ordem, seu espírito e meios de colocá-la em ação (*Ratio*, 1997, p. 26 – tradução minha)”.

Classificada como uma das sete artes (*Septivium*) consideradas essenciais à formação dos irmãos da Ordem da Companhia de Jesus, ela foi seguida rigorosamente pelos homens que detinham a palavra santa e a aplicavam nos sermões e correspondências

de modo sistemático. Assunto, disposição, expressão, performance e memória eram partes caudatárias da tradicional divisão retórica, sistematizada durante a antiguidade greco-latina.

Durante a Idade Média, quando o mundo ocidental se resumia praticamente à Europa, os nomes de Aristóteles, Cícero e Quintiliano circularam em grego, latim e línguas vernáculas em abadias, conventos, monastérios, cortes e academias ligadas às cortes. Compreendida como ferramenta, tanto de hermenéutica, quanto de exegese, a retórica passou a ser empregada como procedimento de cunho moralizante – no caso da igreja cristã. A retórica era concebida como valioso aparato técnico: conjunto de procedimentos a sustentar o teor e a estruturar sermões, correspondências e manuais de caráter didático ou instrucional.

Por outro lado, a arte também era aplicada na elaboração e organização de tratados desvinculados dos dogmas, que distinguiam engenho de agudeza, em favor da etiqueta cortesã (Baltazar Gracián) e embalavam diálogos polêmicos (como foi o caso de Erasmo de Roterdã, ao contestar a tradição ciceroniana). Entre os autores mais eruditos, algumas autoridades religiosas, como o espanhol Tomás Sánchez, “ensinavam” a mulher a se comportar no papel de esposa subserviente e responsável pela geração de herdeiros (Carrodeguas, 2003).

No século XVII luso-brasileiro, a retórica amparou a epistolografia, a parentética e a obra profética de Antônio Vieira. Alcir Pécora mostrou, ao estudar a farta correspondência do jesuíta, que o padre obediencia aos preceitos da *Ars Dictaminis*, discutida havia muitos séculos (...)

Acompanhe-se, novamente com Hansen (2013, p. 11), em riqueza de detalhes, a curiosa etimologia do termo grego retórica:

Nele se acha a raiz indo-europeia -r-, com a noção geral de ‘movimento’, como se lê no *gregorheo*, ‘escorro’, e em termos latinos e portugueses, como *currere*, ‘correr’, *curriculum*, a pequena pista romana de corrida que hoje nomeia a corridinha da carreira; *discurrere*, ‘discorrer’, e *discursus*, o decorrido do que foi discorrido. O sufixo grego -ik-, de *rhetoriké*, e -ic-, em latim e português, *rhetorica*, retórica, que se acha em nomes de outras coisas consideradas fundamentais, como dialética ou cosmética, remete à ideia grega de *tékhne*, ‘técnica’. Como técnica, ‘retórica’ relaciona-se à fala – não a qualquer, mas a inventada e ordenada segundo técnicas de escorrer ou discorrer com a eficácia persuasiva do falar bem definido como *bene dicendi* por Cícero e Quintiliano.

Hoje em dia, as modernas investigações em ciências da linguagem, na esteira do dialogismo bakhtiniano, sinalizam para a faceta argumentativa constitutiva de todas manifestações lingüísticas, que buscam, à luz de sua natureza interativa, atuar sobre os outros, influenciando-os ou reorientando-lhes a ação e comportamento.

A esse propósito, sustenta Fiorin (2007, p. 74) que a perspectiva persuasiva da linguagem irrompe do próprio fato de todo discurso ser dialógico. Isso porque os enunciados são “plenos de ecos e ressonâncias de outros enunciados”, de tal maneira que qualquer discurso constitui resposta – como rejeição, confirmação ou complementação – a um discurso que lhe antecedeu numa cadeia de comunicação discursiva.

Apesar da inherente e universal argumentatividade, importa ressalvar, com apoio em Ruth Amossy (2018), que existem textos

cujo âmbito argumentativo apresenta-se explícito (visada argumentativa); ao passo que em outros, tal dimensão permanece apenas implícita (dimensão argumentativa), num processo gradativo que constitui um verdadeiro continuum da argumentatividade.

Nessa linha de pensamento, não é difícil ver que há gêneros textuais em que a visada argumentativa é mais esperada do que a dimensão argumentativa na medida em que seus enunciados atuam especificamente com o propósito retórico de persuadir em situações sociocomunicativas marcadas pelo debate, pela polêmica, pela negociação das ideias, enfim, pela interação declarada.

A retórica opera no campo da *doxa*, quer dizer, da opinião e do conflito de subjetividades. A persuasão retórica, nesse quadro, revela-se o recurso pelo qual o orador conduz alguém a aderir a alguma coisa a respeito de uma questão controversa, que origina partidos contrários dedicados a defender posições igualmente opostas.

A persuasão atua na jurisdição da incerteza e do provável quando é possível sustentar pontos de vista contrários porque a evidência da verdade não é exclusividade de nenhum dos dois (Campato Jr., 2023). Nessa configuração, a retórica opera quando é factível defender pontos de vista contrários já que a evidência da verdade não é exclusividade de nenhum dos dois.

Os raciocínios na esfera da retórica não são necessários, mas preferíveis. Nos necessários, também denominados de apodílicos, as conclusões nascem obrigatoriamente das premissas em jogo. Eles são evidentes: “é evidente que o todo é maior que sua parte” (Tringali, 2014, p. 140). Nos preferíveis, igualmente chamados de dialéticos, as conclusões são da ordem do possível e do provável, em que elas dependem dos valores, da mundividência, das disposições animicas e subjetivas das pessoas envolvidas. Fiorin (2024, p. 38) exemplifica um raciocínio necessário pelo silogismo abaixo:



Todo planeta orbita em uma estrela
A Terra é um planeta
Logo a Terra orbita uma estrela

Não há como aceitar que a conclusão desse raciocínio seja diversa do que é, tendo em vista as premissas utilizadas e que são aceitas pela ciência, pelo menos, até este momento. Trata-se de uma verdade lógica. O mundo da retórica é outro, pois aceitar a descriminalização do aborto ou considerá-lo crime não é algo que se resolva com a ciência, mas, antes, com opiniões ligadas a valores, hierarquias de valores, convicções, crenças e percepções à luz das quais consideramos o aborto como crime, como assunto religioso, como problema de saúde pública ou como uma questão intimamente atrelada ao corpo da mulher e a suas decisões.

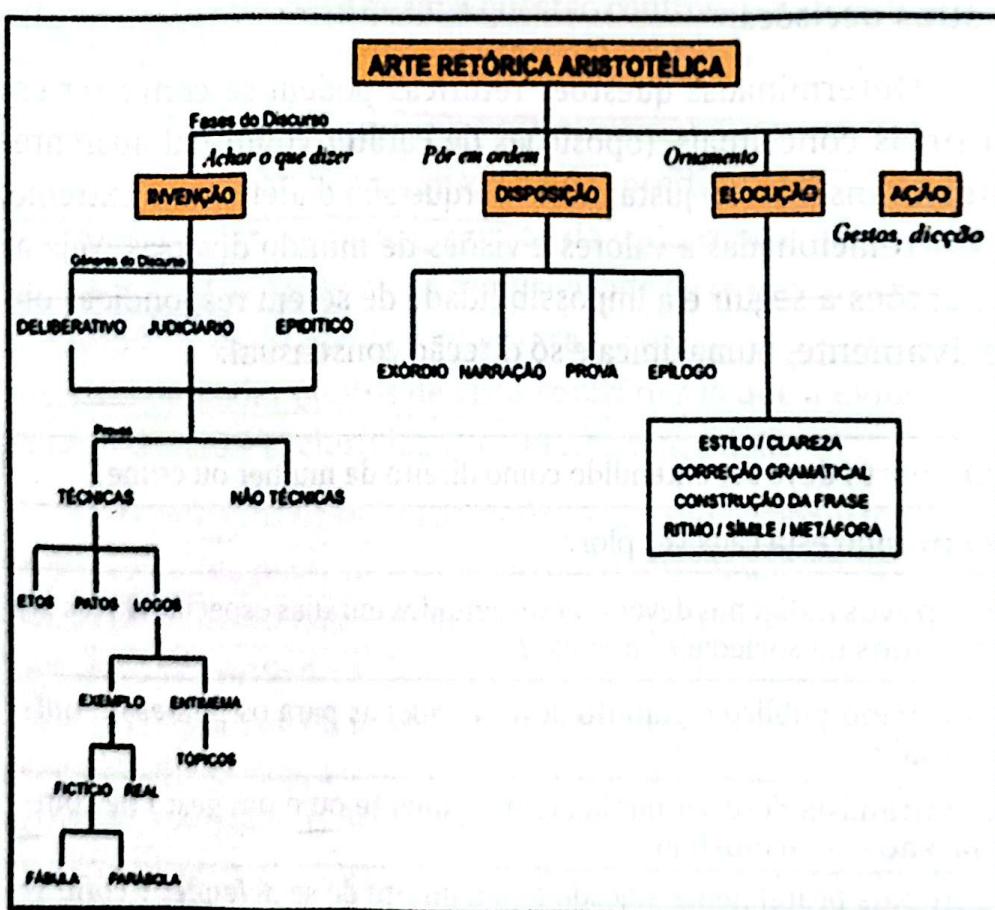
Determinadas questões retóricas podem se converter em aporias conceituais, (oposições de caráter conflitual aparentemente insolúveis) justamente porque são dialéticas ao extremo, e correlacionadas a valores e visões de mundo diversas. Veja as questões a seguir e a impossibilidade de serem respondidas objetivamente, numa única e só direção consensual:

| |
|---|
| O aborto deve ser entendido como direito da mulher ou crime? |
| O mundo está cada vez pior? |
| Os povos indígenas devem ser respeitados em suas especificidades ou diluídos na sociedade “branca”? |
| O ensino público e gratuito deve ser apenas para os pobres ou universais? |
| A eutanásia deve ser punida criminalmente ou é um gesto de compaixão com o próximo? |
| Um país brutalmente atacado tem o direito de se defender e contratar o agressor até que se sinta totalmente seguro ainda que para isso tenha que violar as leis internacionais de guerra? |

- | |
|--|
| Deve-se liberar o uso de determinada modalidade de drogas? |
| O Estado deve intervir na economia ou não? |
| A saúde é mais importante do que o prazer? |
| É melhor residir em São Paulo ou no Rio de Janeiro? |
| Qual o mais importante time do futebol brasileiro? |
| Achado é roubado? |

No setor macroestrutural, a retórica consta de cinco etapas: a invenção, a disposição, a elocução, a memória e a ação, que estão abaixo representadas, com exceção da memória. A memória foi uma conquista posterior dos latinos.

Figura: A Retórica de Aristotélica.



Fonte: ALMEIDA JR., L. N. de. *Conjecturas para uma Retórica do Design* [Gráfico]. 2009. v.1. p. 71.

Antes de sintetizar as grandes etapas, fixe-se à atenção em outros elementos atrelados ao âmbito da técnica retórica: o orador, a questão, os estados da questão, a proposição, o auditório e os gêneros do discurso. Essa é, basicamente, a ordem que Dante Tringali (1988, 2014) sugere para uma análise retórica de textos verbais.

Cabe ao orador a tarefa de persuadir o auditório a quem é dirigido o discurso de que sua tese é verossímil e merece sua adesão. Para Tringali (1988, p. 10), apenas “merece o nome de orador quem se empenha em persuadir”. No juízo de Reboul (1994, p. 8), o orador caracteriza-se como “aquele que fala ou escreve para convencer”. Orador, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 7), é quem veicula o discurso sempre tendo em vista a adesão do auditório à tese que se lhe apresenta. Já para H. Lausberg (1996, v.1, p. 106), o orador, por meio de um discurso parcial, trata de ganhar para sua causa o árbitro da situação. Na visão de Plantin (2016), o orador é o produtor do discurso retórico.

O auditório é um componente de peculiar destaque na retórica, já que todo orador deve adaptar a ele a mensagem persuasiva a ser transmitida, bem como manter com ele uma comunhão a mais conectada possível. Também faz diferença para a estratégia argumentativa dos oradores o fato de os auditórios se apresentarem como homogêneos – em que os integrantes compartilham valores idênticos entre si – ou compósitos, com uma composição heterogênea de pessoas (Amossy, 2018). Nos primeiros momentos da retórica, o auditório guardava uma dimensão fundamentalmente presencial, o que não se verifica nos dias modernos (Grácio, 2013).

Ainda quanto ao auditório, cumpre salientar que ele recobre duas funções básicas: juiz, com tarefa pragmática bem evidente, e a de espectador, com postura mais passiva. O auditório determina, como coloca Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 27), “a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores”, que devem ter sempre em mente o perfil psicológico e sociológico do público por ser persuadido.

A questão é motivada pela problematização de um tema, tornando-se a fomentadora dos debates que abrangerão partidos contrários. Trata-se do nó do conflito da situação retórica. É com seu aparecimento que o processo retórico se dá organicamente por iniciado, pois ela instaura a dúvida que suscitará às teses que serão apresentadas pelos partidos ao assentimento do auditório. Importa ressaltar ainda que a questão pode estar apenas subjacente às discussões ou expressamente colocada (Meyer, 1993).

É possível, como já observado anteriormente, problematizar o tema “aborto”, questionando se há cabimento entendê-lo como direito ou crime. As questões pelas quais se interessa a retórica são dialéticas no sentido aristotélico de “provável” e de “verossímil”, gerando opiniões e não certezas, evidências ou verdades científicas, estas últimas da alçada da lógica demonstrativa ou apodíctica. Com a retórica, está-se no mundo da *doxa* e não das evidências (Campato Jr., 2023).

Responder à questão acima lançada como crime ou direito, dependerá, direta ou indiretamente, dos valores, crenças e convicções existenciais, culturais, religiosas, sociais, políticas das pessoas interpeladas a se manifestar, assim como do momento histórico em que elas vivem. Já se trata de uma experiência totalmente diversa se se perguntar quem discorda da certeza científica de que a água consiste numa substância química cujas moléculas são compostas por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio.

Detectada a questão, investiga-se sua concretude, examinando se ela se mostra em termos gerais ou abstratos, ou seja, se é tese ou hipótese. No primeiro caso, a questão apresenta-se como geral e desprovida de circunstâncias individualizantes. Na tese, inexistem marcadores espaço-temporais, tampouco referências às pessoas específicas. Quintiliano (1944, v. 1, p. 91) adota como protótipo de tese a questão “se o homem deve casar?” Já a hipótese, é uma questão formulada em termos particulares e concretos,

Com isso, as circunstâncias de tempo, de lugar e de pessoa são levadas em conta. Como modelo de hipótese, Quintiliano sugere a questão “se Catão deve casar?”.

Os estados da questão constituem uma teoria atribuída a Hermágoras de Temnos (I a.C.). Trata-se de uma especulação sobre o núcleo da causa, verificando-se se o ponto a debater e a ser julgado pelo auditório advém da conjectura (existência ou não das questões debatidas), da definição (denominação adequada das questões em causa) ou da qualificação (as circunstâncias que alteram as questões debatidas). Dito em outros termos: os estados da questão revelam-se um “método de focalizar os pontos específicos de colisão numa contenda” (Grácio, 2013, p.122).

Os estados da questão ancoram-se no pressuposto de acordo com o qual “não é a mesma coisa perguntar-se se Orestes matou ou não a sua mãe ou se ele estava certo ou errado ao matá-la; e não é a mesma coisa porque os recursos da argumentação não serão os mesmos” (Desbordes, 1996, p. 92). O tratamento dedicado aos estados da questão é específico. A retórica, ao examinar cada um em suas particularidades, tinha por alvo plasmar um esquema de argumentação apropriado a cada um deles.

A título de ilustração, uma pessoa acusada de roubo, que não contesta tal acusação apenas declarando que praticou tal ato, movida por intensas necessidades materiais e por forte descontrole emocional, coloca o centro do debate no estado da qualificação, uma vez que ela não nega nem a existência do delito nem que ele deva ter a denominação de roubo, pleiteando apenas atenuantes para o delito.

O enunciado em que o orador expressa ao auditório sua opinião sobre a questão discutida leva o nome de proposição ou de tese. A tese deve ser anunciada por meio de formato conciso e inteligível a tal ponto que, desde o princípio do discurso, o auditório entenda claramente aquilo que ele precisar julgar.

O preceito geral é enunciar a tese em uma única frase declarativa de modo que sua unidade não seja prejudicada. Por exemplo: “A democracia é uma forma de governo viável para os países emergentes da África Subsariana” (Corbet; Connors, 2022, p. 50). A retórica antiga categorizava a dificuldade de defender uma causa de acordo com a sua credibilidade, que podia ser fraca, média ou forte (Tringali, 1998, 2014).

Três são os gêneros contemplados pela retórica antiga, a saber: o deliberativo (político, suasório), o epidítico (demonstrativo, laudatório, laudativo, solene, ceremonial, pomposo) e o judiciário (judicial, forense). A fim de caracterizar tais gêneros, deve-se levar em consideração o papel do auditório, a questão temporal e a finalidade de cada discurso (Campato Jr., 2003, 2023).

A depender da manifestação depois de ouvido o discurso, o auditório propõe-se como árbitro da situação ou como espectador. Na primeira possibilidade, tem postura ativa, pronunciando-se a respeito do que escutou, julgando e sentenciando ou ainda deliberando e votando. Já na segunda, toca a ele se expressar sobre a eloquência do orador, apreciando ou não o discurso proferido.

Relativamente ao tempo, se o árbitro se manifestar acerca de fato passado, ele representa o juiz propriamente dito; se ele deliberar sobre matéria relacionada ao futuro, é membro da assembleia. O espectador, por seu turno, pronuncia-se sobre fato presente. No que respeita à finalidade, o deliberativo aconselha ou desaconselha; o epidítico louva ou censura; o judiciário acusa ou defende.

No gênero deliberativo, diante de uma assembleia, o orador aconselha (*suadere*) ou desaconselha (*dissuadere*) uma ação futura, de conformidade com os valores do útil e do nocivo para a coletividade, buscando dar vazão a sentimentos de esperança e de medo. Ao auditório, cabe posicionar-se a favor dessa ação ou contra ela.

Para Aristóteles (1964, p. 34), as matérias capitais sobre as quais recai a deliberação são as do universo dos recursos financeiros, da guerra, da paz, da defesa do território, das importações e exportações e, finalmente, da legislação.

Atualmente, depara-se com exemplos do gênero deliberativo nos discursos propondo ou não a aprovação de projetos de lei, nos documentos técnicos com recomendações de consultores, nos pronunciamentos apoiando ou repudiando tomadas de posição, como a adoção de um novo sistema de governo, a liberação do aborto, a legalização das drogas, a instituição da eutanásia, entre outras coisas (Halliday, 1988). Por oportuno, repara Barilli (1985, p. 162) que, quanto maior for a sensibilidade democrática, tanto mais proliferam os discursos de índole deliberativa.

No gênero epidítico, cuja função consiste em louvar ou censurar alguém ou algo, dirigido nos valores do belo e do feio, da virtude e do vício, o espectador atesta se o discurso lhe agradou ou desagradou, não se fazendo necessário tomar decisão a propósito do assunto em pauta. Os efeitos almejados no auditório são a admiração ou o desprezo.

Cabe apontar como caso modelar do gênero, o discurso em homenagem a uma pessoa. Seu tempo de referência é – em essência, mas não exclusivamente – o presente, porque “para louvar ou para censurar apoiamo-nos sempre no estado presente das coisas” (Aristóteles, 1964, p. 30).

Na mesma direção, enquadraram-se como manifestações epidíticas os discursos fúnebres, o panegírico, os brindes, os discursos de despedidas, de entrega de condecorações, de diplomas e, mais modernamente, as práticas de publicidade e propaganda (Campato Jr., 2003).

Encontra-se já devidamente superada a visão segundo a qual o epidítico seria um gênero menor, pois pouco pragmático, argumentativo e dialético. Compreendeu-se que louvar ou censurar

uma pessoa, um grupo de pessoas, uma ação, um evento influem no sucesso das teses apoiadas, uma vez que tal postura, agindo na direção de aumentar a adesão e o engajamento aos valores que exalta, reforça a disposição a uma ação (Perelman; Olbrechts-Tyteca. 1996, p. 54-60).

A apologia de um herói nacional, realizada com base em valores e símbolos ufanistas, por exemplo, pode amplificar o sentimento patriótico de determinado auditório e assim sedimentar no seu interior a comunhão com relação a valores sociais que o orador deseja difundir.

Nesse caminho, Reboul (1993) recorda a oração fúnebre aos mortos pela guerra feita por Péricles, cujo objetivo autêntico era estimular o povo de Atenas a esquecer-se do luto e a prosseguir o combate contra Esparta, até que se obtivesse a vitória.

Os discursos fúnebres em homenagem ao piloto de Fórmula 1, Ayrton Senna (1960-1994), auxiliaram – ainda que involuntariamente – a instauração de um clima de comoção nacional, que, no limite, reforçou o sentimento e os valores nacionalistas daquela época no Brasil, e que reverberam até hoje. Quando, por diferentes motivos, descortinam-se necessárias decisões que dependem de acordos nacionalistas em algum setor da sociedade, a lembrança do nome do piloto e de sua biografia atua no sentido de fomentar essa coesão em torno de princípios nacionais.

A finalidade, por sua vez, do gênero judiciário é a acusação ou a defesa, que deve se referir a fatos do domínio do passado. Tem como objeto nuclear o justo e o injusto, sendo o auditório representado pelo juiz propriamente dito, que condena ou absolve. Os efeitos que procura alcançar na plateia são a indignação ou a piedade. O gênero judiciário exemplifica a perfeição à natureza dialética e interativa da retórica, pela qual dois partidos dão vida a um debate, interagindo e defendendo pontos de vista conflitantes.

Resta especificar que, no quadro de uma mesma peça argumentativa, pode ocorrer elementos dos três tipos de discurso, devendo-se identificar aquele que prevalece entre os demais. Essa convivência temático-compositiva, no lugar de ser perniciosa, revela-se benéfica à estratégia retórica do orador, haja vista que seu discurso atingirá mais vigor persuasivo e amplitude de ação, podendo se valer de um maior espectro de valores que, ao se combinarem sinergicamente, auxiliam no convencimento do auditório (Campato Jr., 2003).

Isso considerado, estudam-se as partes tradicionalmente componentes da arte retórica.

A invenção constitui a primeira fase da elaboração do discurso retórico. Trata-se do método de encontrar – e não exatamente criar – pensamentos e argumentos adequados à matéria debatida, conforme o interesse do partido representado. Devem ser pensamentos que se prestam como instrumentos intelectuais e afetivos para obter, pela persuasão do juiz, a vitória do partido (Lausberg, 1993). Pela invenção, buscam-se os argumentos para resolver a questão que se situa no centro do debate. A retórica trata de qualquer assunto, não existindo nenhum que lhe seja exclusivo.

No contexto da invenção, há uma disciplina chamada tópica. Por meio dela, o orador encontra os lugares dos quais as provas são extraídas. Tringali (1988, p. 64) concebe os lugares deste ângulo: “certas noções gerais ou conceitos, expressos por uma ou poucas palavras, de onde se tiram os argumentos”. Para Fiorin (2024, p. 48), são “temas genéricos, bases sobre as quais se constroem os argumentos, fundo comum de noções”. Para Ferreira (2010, p. 69), “os lugares são grandes armazéns de argumentos, utilizados para estabelecer acordos com o auditório”. Para Corbet e Connors (2022, p. 125), são “cabeçalhos gerais sob os quais são agrupados os argumentos para um determinado assunto ou ocasião. Eles são as ‘regiões’, os ‘locais’, os ‘lugares’ onde residem certas categorias de argumentos”.

L → No argumentário?

Por exemplo, Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam a noção de “quantidade” como um lugar, quer dizer, uma premissa de ordem geral, um reservatório de argumentos a ser consultado pelo orador quando necessário. Ao argumentar que São Paulo é uma cidade mais pujante do que o Rio de Janeiro, posso valer-me de dados estatísticos, argumentando que o fato de ser São Paulo mais populosa (quantidade) que o Rio é uma prova em favor de minha tese. De igual maneira, se me engajo em convencer alguém de que somente quem decora o nome das pessoas recém-conhecidas gosta verdadeiramente delas e se declaro, para provar isso, que a memória está no coração conforme indica a história do vocábulo “decorar”, então, sirvo-me do lugar da etimologia.

As provas retóricas classificam-se em extrínsecas e intrínsecas. As primeiras não são incluídas na técnica retórica, porquanto são provas preexistentes, tais como os testemunhos, as confissões, os objetos incriminadores, as leis, as citações de autores consagrados etc. Nessa condição, elas precisam somente da manipulação adequada do orador, que potencializa sua força persuasiva. As segundas, pelo contrário, dependem de maneira direta da técnica retórica e das habilidades próprias do orador (Tringali, 1988, 2014).

As provas intrínsecas são lógicas ou psicológicas. Se lógicas, repartem-se em silogismos e em exemplos; se psicológicas, em éticas e em patéticas. A divisão está baseada no fato de haver, na persuasão, componente racional e emocional.

As provas ou argumentos lógicos geram compreensão e convicção de ordem intelectual; nesse caso, persuade-se pelo exemplo, estratégia particular de indução, e pelo entimema, forma especial de silogismo, já que uma das proposições é omitida, e o conteúdo é dialético ou provável.

Se se enuncia, por exemplo, em relação a uma mulher sorridente com um recém-nascido no colo “Ela deve ser mãe; está feliz”, aplica-se um entimema. O silogismo completo seria algo

como “Todas as mães são felizes. Ela deve ser mãe; portanto, está feliz”. O conteúdo dialético do entimema fica por conta da dúvida ou da opinião se todas as mães são, de fato, felizes. O assunto de que se trata não é evidente, mas contingente, provável, alguma coisa que geralmente acontece e as pessoas admitem poder ocorrer com frequência.

Para melhor ilustrar esse tópico, atente-se nos exemplos disponibilizados por Corbett e Connors (2022, p. 82-83)

- (I)
“Todos os homens são mortais.
Sócrates é homem,
Logo, Sócrates é mortal.”

(II)

“João será reprovado no exame porque não estudou.”

O enunciado 1 compõe um silogismo clássico. Tem as premissas e as conclusões expressas, situando-se na dimensão da verdade, uma vez que ninguém duvidaria da evidência de que a natureza do ser humano é mortal. No que atende ao enunciado 2, o raciocínio não explicita todas as proposições do silogismo, sendo seu conteúdo provável, já que é possível – embora não uma verdade – que alunos que não estudam consigam ser aprovados.

As provas psicológicas causam comoção psíquica no público com vistas a que este aceite mais facilmente a tese ou proposição do orador. O consentimento afetivo, como ocorre com a convicção intelectual, pode fomentar uma ação ou a alteração de comportamento. Os argumentos de cunho psicológico bifurcam-se em duas vertentes: os éticos e os patéticos.

Os argumentos ou provas éticas respaldam-se na impressão ou imagem favorável que o orador transmite de si ao auditório.

Para os gregos, o *ethos* “é a imagem de si, o caráter, a personalidade, os traços de comportamento, a escolha de vida e dos fins” (Meyer, 2007, p. 34). Aristóteles nunca deixou de acentuar a relevância capital dos argumentos éticos – emanadores de credibilidade – para o domínio da persuasão.

Pelas provas éticas, os oradores fazem-se recomendáveis e dignos de serem escutados, buscando apresentar-se como pessoas de alto caráter moral, de bom-senso, dotadas de sentimentos humanitários, agradáveis, prudentes, virtuosas, nobres, sábiash, fortes, sinceras e benevolentes.

O *ethos* é uma espécie de excelência que torna os oradores exemplares aos olhos do público, que, nessas condições favoráveis, dispõe-se a ouvi-los e a segui-los como se ouvissem um modelo de conduta humana ou uma autoridade (Meyer, 2014). Vale lembrar que o *ethos* se refere, sobretudo, mas não exclusivamente, a uma construção discursiva (*ethos discursivo*). Existe, também, um *ethos* erigido antes do discurso efetivamente emitido, beneficiado da reputação anterior do orador (*ethos prévio*). Os dois *ethos* amiúde se articulam para alcançar com mais propriedade este ou aquele efeito de sentido.

Persuadir os ouvintes pela intensidade das paixões, eis a finalidade dos argumentos patéticos. As paixões agem diretamente no auditório, porque, como bem registra Aristóteles (1964, p. 100), elas “são as causas que introduzem mudanças em nossos juízos”, que alternam se experimentado um sentimento agudo, como a alegria ou o ódio. Por conta disso, Ferreira (2010) salienta que, para existir predomínio do *pathos*, o auditório deve ser o foco da situação retórica. As paixões levam o auditório, pela emoção, a esposar a proposição do orador.

Em alguns momentos na longa história da retórica, os apelos emocionais foram colocados em xeque, duvidando-se de sua validade como elementos úteis de argumentação, já que beirariam o

irracional e o falacioso, escapando do questionamento crítico, da avaliação lógica do diálogo racional e de arcar com o ônus da prova (Walton, 2012). No entanto, sempre eles resistiram a essas duras investidas, assegurando a relevância do *pathos* para a expressão e a persuasão retórica. É útil não se esquecer de que argumentos racionais e passionais frequentemente agem em espírito de comunhão, integrados e estribados em processo sinérgico para tornar mais palpável a persuasão de algum auditório.

Encara-se a disposição, segunda etapa da elaboração de um discurso retórico, como a seleção e a ordenação estratégica das grandes partes ou segmentos do discurso. Lidar com a disposição é Tidar com a macroestrutura textual e com a coerência global do discurso (Ferreira, 2010).

Com efeito, é rotineiro dividir o discurso retórico nas seguintes partes: exórdio, proposição, participação, narração, argumentação e peroração. Fique salientado que nem todas essas seções são exatamente obrigatórias e indispensáveis. Apesar desse padrão, a elaboração e as singularidades da disposição restam dependentes do gênero oratório, da natureza do assunto, do tipo do público e do *ethos* do orador envolvidos na formulação de cada discurso (Corbett; Connors, 2022).

Sendo o começo do discurso, o exórdio ou próêmio indica e prepara o assunto a ser versado pelo orador, de modo que a mensagem não tenha início abrupto e desconcertante para o público. Não deve ser longa. Sua finalidade mais decisiva é influir sobre a disposição do auditório, estabelecendo condições prévias para o sucesso da argumentação, a fim de que o orador seja bem-disposto e alvo da confiança do auditório.

Busca-se, aí, conquistar atenção do auditório (*iudicem attentum parare*), sua docilidade (*iudicem docilem parare*), e sua benevolência (*iudicem benevolum parare*). (Lausberg, 1966, v. 2). Os exórdios revelam-se mais do que nunca necessários para as

causas duvidosas e para aquelas de difícil defesa, dado que são justamente essas que carecem de preparo adequado. Por outro lado, há casos em que o exórdio é dispensável, tendo em vista que as condições adequadas para a argumentação já preexistem. Nessas circunstâncias, diz-se que o discurso principia *ex abrupto*.

A proposição assinala a opinião do orador com respeito à questão instigadora do debate. Trata-se da tese a ser defendida ao longo da atividade retórica. A narração, argumentação e a conclusão que virão deverão estar afinadas com a tese.

Se o conteúdo da proposição for apresentado em partes, há a partição. No seguimento da partição, surge, na maioria das vezes, a narração, figurada como a exposição dos fatos e do desenvolvimento do conteúdo sintetizado na proposição e que necessita ser conhecido para o sucesso da causa. Assim, os eventos narrados devem ter ligação estreita com a questão retórica e com os argumentos. A parte nuclear e mais densa do discurso é a argumentação, seção em que o orador concentra estratégicamente as provas defendendo sua opinião (confirmação) e rebate as provas do partido adversário (refutação). Desnecessário alertar que amiudadas vezes confirmação e refutação se misturam num processo altamente interativo.

A conclusão do discurso retórico é designada de peroração. Equivale ao epílogo cuja função consiste em recapitular o que ficou esparsa e difuso ao longo de todo o discurso persuasivo, numa espécie de processo de disseminação e recolha. Além disso, assinala o momento ideal de excitar o *pathos* do público porque, sendo o momento terminal do discurso, o orador deve investir o máximo da carga afetiva nessa etapa da argumentação.

Observa-se que, em termos minuciosos, torna-se possível considerar, no preparo dos discursos, a invenção e a disposição como processos conjuntos, que se fundem operacionalmente, pois ambas agem e significam ao mesmo tempo. Ao tomar contato com



uma, toma-se contato imediatamente com a outra. Um olhar em separado dessas duas realidades, nessa perspectiva, apenas atende a desígnios didáticos. (Ferreira, 2010). Talvez, por sinal, fosse possível acrescentar a elocução a essa equação.

A elocução, terceiro momento da preparação do discurso retórico, “transpõe – de acordo com Lausberg (1993, p. 115) – para a linguagem as ideias achadas na invenção e ordenadas pela disposição”. Se o terreno da invenção são os pensamentos (*res*), o da elocução é sua expressão verbal (*verba*) isolada ou agrupada em construções frásicas.

Nos manuais de retórica, deparam-se normas estilísticas para a composição do discurso, comentários sobre os vícios e virtudes da linguagem, elenco de figuras retóricas e reflexões acerca das espécies de estilo e de sua adequação à matéria tratada pelo orador. As qualidades tradicionais da elocução correspondiam “a correção gramatical, a clareza da mensagem, a adaptação da mensagem às circunstâncias sociais da enunciação e a riquezafigural e estilística” (Plantin, 2016, p. 516).

Na *Arte Retórica* (1964, p. 186), Aristóteles acentuou o papel seminal da elocução no edifício argumentativo, “pois não basta possuir a matéria do discurso; urge necessariamente exprimir-se na forma conveniente, o que é de suma importância para dar ao discurso uma aparência satisfatória”. A elocução ganha maior relevância quanto mais contribui para a persuasão, pois o que é expresso de modo belo e adequado mais facilmente persuade o auditório. É justamente a tal aspecto que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 162) se referem no trecho seguinte:

Sabemos que certos modos de expressão podem produzir um efeito estético, vinculado à harmonia, ao ritmo, a outras qualidades puramente formais e podem ter uma influência argumentativa através da admiração, da alegria, da descontração, da excitação, da surpresa, da admiração, da alegria, da descontração, da excitação,

tação, das retomadas e das quedas de atenção que provocam (...).

O domínio da elocução desvela-se amplo e pleno de alternativas estilísticas, pregando, por vezes, boas peças a leitores e ouvintes mais desprevenidos e menos desavisados quanto às alternativas expressivas da linguagem. Sendo sua finalidade invariavelmente a persuasão, o orador pode valer-se do inesperado das palavras e construções verbais com vistas a, na esteira do estranhamento, persuadir. A esse respeito, o fragmento abaixo versa, em particular, sobre a força persuasiva do pleonasmo:

Urge aceitar, seguindo essa importante linha de raciocínio, que uma coisa é “encarar” e outra coisa é “encarar de frente”. Isso porque elas não criam o mesmo efeito de sentido. Para a ciência da linguagem moderna, que já sinalizou claramente que a função da linguagem é, acima de tudo, argumentar, interagir com o outro, negociar sentidos, e não apenas transmitir mecanicamente simples informação, faz notável diferença empregar uma ou outra expressão. Com efeito, “encarar” não possui o apelo persuasivo – até patético – que “encarar de frente” guarda em si. Mais uma vez, são o uso da língua, as condições de recepção e de produção do discurso e os efeitos de sentido a serem obtidos que dirão que isso é certo ou errado, ou melhor dizendo, adequado ou inadequado. Mais uma vez, não se trata de saber ou não apenas gramática prescritiva. Numa situação como essa, vale muito mais a competência comunicativa e interacional do aluno (Campato Jr., 2017, p. 139).

O próximo passo para a elaboração do discurso, segundo a teoria da retórica tradicional, é a memória, compreendendo o exercício de decorar o texto a ser exposto. A técnica retórica legou

à posteridade uma gama de relevantes e curiosos procedimentos mnemônicos que facilitam decorar o discurso. Lembra Plantin (2016) que, na antiguidade, o discurso deveria ser decorado, pois não se considerava o uso de suporte material para fazer lembrar o orador do que e quando dizer.

Outro tópico tradicional de discussão a propósito da memória é se ela realmente faria, com legitimidade, parte da técnica retórica, visto que para alguns tratadistas, ela estaria em qualquer operação mental e cognitiva e não apenas na arte de compor discursos com a fita de persuadir.

Os antigos, ainda quanto à memória, tinham por hábito dividi-la em memória natural e memória artificial, sendo a primeira originária do nascimento do orador, ao passo que a segunda é aquela avolumada com o auxílio de exercícios para compensar as falhas da primeira e controlar o esquecimento. Inspirada na possibilidade do treino da memória, surgiu a mnemônica, discipline sofisticada que se vale da associação de ideias, da relação de iniciais dos nomes das palavras da frase, de repetição, da fixação de pontos básicos do conteúdo, entre outras técnicas (Tringali, 2014).

A derradeira etapa de formulação da peça oratória consiste na ação ou pronunciação, processo em que o texto é, enfim, pronunciado pela voz e veiculado com o auxílio dos gestos diante do auditório. A ação vincula fortemente o orador e o auditório.

Quanto a esse aspecto, Aristóteles (1964, p. 186-7) preocupa-se com a maneira de empregar a voz (dependendo da paixão que o orador deseja suscitar no auditório, ele deve se valer ora de uma voz forte, ora de uma voz média, ora de uma voz fraca), com a dicção, melodia, ritmo e com os tons que a voz deve assumir (agudo, grave ou médio).

Tringali (1988, p. 98-99) recorda que integra a ação uma linguagem não verbal, a gestualidade (gestos, posturas e atitudes do orador), que, comentando e reforçando os significados expressos

pela palavra, auxilia na persuasão do auditório. Também, nesse campo, existe a proxémica, que examina, aplicada à retórica, os significados das distâncias interpessoais entre o orador e os membros do auditório. Por exemplo, se o orador abandona o púlpito e avizinha-se do auditório várias vezes ao longo do discurso, pode acabar fornecendo uma prova ética de sua consideração pelos integrantes da plateia ou de seu vivo desejo de comunhão com eles.

São múltiplos os tratadistas que julgam a ação como umas das etapas mais vitais da retórica. Ocorre que, ao se pronunciar o discurso, que, antes apenas existia em potência e virtualmente, todos os outros elementos da composição convergem diretamente para ele, consumando-o e atualizando-o (Tringali, 2014).

Tendo-se conhecido, em suas linhas mestras, a técnica retórica de linhagem aristotélica, urge dizer algo a respeito da retórica empregada como método de abordagem textual.

